

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 11 de junho de 2025 às 07h50*  
*Seleção de Notícias*

## Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | BR-RJ

Direitos Autorais

<b>Família de João do Vale denuncia uso indevido da obra do artista em projeto com recursos públicos no Maranhão .....</b>	<b>3</b>
<small>FERNANDA PONTES   AUTOR</small>	

## MSN Notícias | BR

Direitos Autorais

<b>O desafio da regulação da inteligência artificial: proteger direitos e estimular inovação .....</b>	<b>4</b>
--	----------

## G1 - Globo | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Nattan e Natanzinho Lima disputam pelo mesmo nome artístico .....</b>	<b>6</b>
<small>CEARÁ</small>	

## Família de João do Vale denuncia uso indevido da obra do artista em projeto com recursos públicos no Maranhão



O projeto do documentário teria sido inscrito e aprovado sem qualquer autorização

A família do compositor maranhense João do Vale denuncia o uso indevido do nome, da imagem e da obra do artista no projeto cultural "Pelos Trilhos da Vida: História e Memória do Compositor João do Vale", aprovado pela Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA).

O projeto do documentário teria sido inscrito e aprovado sem qualquer autorização da família, que é a representante dos **direitos** autorais da obra de João do Vale. Segundo o edital, é obrigatória a apresentação de autorização prévia para o uso de obras protegidas por **direitos** autorais - o que não teria sido respeitado pela produtora de marketing, responsável pela proposta.

Gabriel Vale, neto do compositor e representante legal da família, protocolou denúncia formal à Secretaria de Cultura do Maranhão, cobrando

providências, mas não obteve resposta.

João do Vale foi um dos maiores nomes da música popular brasileira, autor de clássicos como "Carcará", "Pisa na Fulô" e "Na Asa do Vento".

"Meu avô, João do Vale, foi um homem preto retinto, nordestino, explorado em vida - e agora continua sendo, mesmo depois de sua morte. É inadmissível que, em pleno 2025, projetos culturais aprovados com verba pública violem os direitos de um artista dessa relevância, desrespeitando sua memória e sua família. João do Vale não pode ser apropriado de forma indevida, sem diálogo e sem legalidade", disse Gabriel.

A família informa que, diante da omissão da Secretaria, levará o caso ao Ministério Público e notificará outras instâncias públicas competentes, para garantir o respeito à memória e aos **direitos** autorais do compositor.

# O desafio da regulação da inteligência artificial: proteger direitos e estimular inovação

A inteligência artificial (IA) já está entre nós, moldando decisões que afetam desde a oferta de crédito até o acesso aos nossos dados de saúde, de educação e do mundo do trabalho. Por um lado, seus benefícios são inegáveis - como aumento de eficiência, personalização de serviços e avanços científicos. Entretanto, seu uso sem regulamentação adequada pode trazer riscos significativos a toda a sociedade.

Continue lendo no Brasil 247

Por isso, o Brasil, assim como outros países, se vê diante da necessidade de criar leis e diretrizes para regular o desenvolvimento e a aplicação da IA. O desafio é garantir que essa tecnologia seja usada de forma ética, segura e benéfica para a sociedade, garantindo a proteção dos direitos fundamentais da população em diferentes frentes. Na Câmara dos Deputados, o tema começou a ser debatido em 2019 e no ano seguinte foi aprovado o projeto de lei 21/2020, de autoria da deputada Luísa Canziani (PSD/PR), parlamentar do estado do Paraná.

No Senado Federal, o debate sobre o tema ganhou forças, e se desdobrou no projeto de lei 2.338/ 2023, de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), que foi construído por meio de uma comissão de juristas. Esse projeto foi aprovado no Senado e agora está em debate na Câmara dos Deputados, que discutirá, numa Comissão Especial bastante heterogênea em sua composição, o futuro da regulação dessa nova tecnologia. Como membro titular da Comissão, entendo que há pontos centrais a serem tratados.

**Prevenção de danos** - Em primeiro lugar, é necessário ter uma lei que valha para todos. O texto aprovado limita o escopo da aplicação da futura lei, abrindo exceções genéricas já no primeiro artigo. Isso significa que sistemas de IA com grande potencial de impacto sobre a vida das pessoas podem ficar fora da regulação. Defendo que a lei se aplique a todos os sis-

temas que possam afetar direitos, a segurança pública ou o meio ambiente, independentemente do setor de origem.

Outro ponto é avaliar os riscos antes de o problema acontecer. Hoje, o projeto torna facultativa a avaliação de riscos antes da implantação de sistemas de IA. Em um cenário em que algoritmos podem tomar decisões automatizadas sobre demissões, cirurgias ou sentenças judiciais, essa avaliação precisa ser obrigatória. Prevenir danos é sempre mais eficiente e menos custoso do que repará-los.

Temos também que estabelecer uma governança algorítmica, que não pode ser opcional. Essa questão é frágil no texto do Senado, já que há flexibilização das exigências de governança sobre os algoritmos, como se medidas de transparência e prevenção só fossem necessárias diante de indícios de discriminação. A governança deve ser permanente, sobretudo em sistemas de alto risco. Não se combate preconceito algorítmico esperando o primeiro caso de injustiça acontecer.

A participação social é uma exigência democrática que tem de ser contemplada. A criação de um Sistema Nacional de Regulação da IA (SIA) é um ponto positivo do projeto, mas precisa incluir explicitamente a participação da sociedade civil. Sem isso, corremos o risco de construir regras técnicas sem diálogo, com baixa legitimidade e pouco alinhadas à realidade dos brasileiros e brasileiras.

**Supervisão humana** - É também essencial analisar a utilização da IA no mundo do trabalho: a supervisão humana é essencial. O texto atual retirou garantias importantes para os trabalhadores, como a exigência de supervisão humana em decisões automatizadas que envolvam punições ou demissões. Esse é um risco extremamente grave: algoritmos mal calibrados podem amplificar desigualdades e injustiças. De-

Continuação: O desafio da regulação da inteligência artificial: proteger direitos e estimular inovação

fendo a reinserção dessas salvaguardas no texto.

Além disso, outro ponto a ser destacado é o impacto dessas tecnologias nos postos de trabalho, que poderão ser automatizados por mecanismos de IA. Nesse sentido, é fundamental que a Câmara dos Deputados debata a implementação de tecnologias IA atrelada à manutenção da empregabilidade da população brasileira, bem como a sua qualificação para lidar com essas novas tecnologias.

O projeto traz uma lista de sistemas de IA considerados de alto risco, como os usados na segurança pública ou nos serviços de saúde. A tentativa de tornar essa lista fechada e imutável é um erro. A tecnologia avança rápido e a regulação precisa ter a mesma agilidade. Defendo que a lista seja exemplificativa, com critérios técnicos atualizáveis por órgão regulador competente.

Já o reconhecimento facial em espaços públicos exige limites claros. O uso de reconhecimento facial em tempo real, sobretudo por órgãos de segurança, precisa ser tratado com extrema cautela. A proposta atual permite esse uso sem exigir sequer autorização judicial. Esse é um risco à privacidade e à dignidade de toda a população, com impactos ainda mais graves sobre pessoas negras, indígenas e periféricas. A lei deve impor limites e salvaguardas.

É essencial que a responsabilização por danos causados por sistemas de IA leve em conta as par-

ticularidades dessa tecnologia. O modelo atual remete às regras genéricas do Código Civil, o que dificulta a reparação de danos. É preciso prever responsabilidade objetiva para os sistemas de alto risco e considerar toda a cadeia de desenvolvimento e operação da tecnologia.

Por fim, precisamos tratar da proteção dos **direitos** autorais, já que os sistemas de IA são, majoritariamente, construídos a partir do aprendizado de máquinas, o que envolve o processamento de grandes volumes de dados existentes. Nem sempre há respeito aos **direitos** autorais dos conteúdos utilizados – sejam livros, textos jornalísticos, obras de arte, dentre outros. O projeto a ser analisado na Câmara precisa priorizar essa questão, incluindo a remuneração dos autores.

Governos, empresas e sociedade devem colaborar para desenvolver políticas que equilibrem inovação, ética e direitos fundamentais. Sem isso, corremos o risco de ampliar desigualdades, comprometer a privacidade e perder o controle sobre sistemas cada vez mais autônomos. O Brasil tem a chance de fazer diferente, aprendendo com os avanços da União Europeia e os riscos que surgiram nos Estados Unidos e na China. Garantir uma regulação que promova a inovação, mas que não sacrifique os direitos das pessoas. Não há nada mais moderno do que proteger a dignidade humana. É isso que devemos garantir no debate da Câmara dos Deputados.

# Nattan e Natanzinho Lima disputam pelo mesmo nome artístico

CEARÁ



Cearense Nattan entrou com pedido de registro em 2024, e empresa de Fortaleza. Processo está em andamento.

Nattan e Natanzinho Lima disputam pelo mesmo nome artístico

O cantor cearense Nattan e o cantor sergipano Natanzinho Lima estão disputando o registro da marca "Nattanzinho" no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**), responsável por catalogar as marcas e **patentes** no Brasil.

para seguir o canal do g1 Ceará no

Conforme o processo administrativo, ao qual o g1 teve acesso, Natanel Cesário dos Santos, o Nattan, solicitou o registro da marca "Nattanzinho" em outubro de 2024. Em fevereiro de 2025, a empresa Camarote Shows, que faz parte do Grupo Wesley Safadão, se manifestou contra o pedido de Nattan. A Camarote Shows é responsável por gerenciar a carreira de Natanzinho Lima.

Atualmente, o cantor cearense é detentor do registro da marca "Nattan", enquanto o cantor sergipano tem a marca "Natanzinho Lima". A disputa, portanto, gira em torno apenas do uso de "Nattanzinho" - a equipe de Nattan afirma que o uso apenas de Natanzinho "pode causar confusão junto ao público", uma vez que o cearense também era conhecido assim no início da

carreira.

A empresa Camarote Shows apontou que o sergipano Natã Lima Nascimento já utiliza "Natanzinho" como marca - o cantor de forró é conhecido popularmente como Natanzinho Lima. A empresa defendeu que a marca "Nattanzinho" não pode ser registrada, uma vez que seria "reprodução ou imitação" de outra já existente.

"Como resta cristalino, a convivência destas marcas no mercado é claramente nociva. A oposta está tentando apoderar-se de um pseudônimo artístico notoriamente conhecido em todo o território nacional para utilizá-lo em um meio exatamente aquele em que a oponente [Camarote Shows] labuta", escreveu a empresa.

Os representantes de Nattan destacaram que o cearense também era chamado de "Nattanzinho" no início da carreira, e apontaram que, nas suas músicas da época, era comum o bordão "É o Nattanzinho falando de amor".

"O uso das marcas "Nattan" ("Nathan") e "Natanzinho" ("Nattanzinho") sempre se deu na mais absoluta boa-fé, por se tratar, em verdade, de mínimas variações gráficas do apelido "Natan", derivado do prenome do artista, Natanael. Ressalte-se que não havia qualquer cantor conhecido que usasse esse nome artístico quando do início da carreira do artista, tampouco qualquer marca registrada no **INPI** ou mesmo quaisquer indícios de que a marca já estivesse sendo utilizada por quem quer que fosse", afirmaram os advogados de Nattan. Atualmente, o processo pela marca "Nattanzinho" está em fase de "análise do mérito", que é quando o pedido é examinado pelos técnicos do órgão. Não há previsão de quando o processo será concluído.

Continuação: Nattan e Natanzinho Lima disputam pelo mesmo nome artístico

Em nota, a equipe de Nattan afirmou que o cearense "nunca se opôs" ao pedido de registro do nome artístico do cantor 'Natanzinho Lima'.

"A contestação se dá apenas pelo uso isolado de "Natanzinho", o que pode causar confusão junto ao público, já que esse nome é associado à trajetória de Nattan há muitos anos. O objetivo é evitar conflitos de identidade artística e garantir clareza perante o público", afirmou a assessoria do cantor.

A equipe do cearense também afirmou que as ques-

tões burocráticas "já estão sendo resolvidas pelos artistas", e destacou que Nattan e Natanzinho Lima, inclusive, farão um show juntos em outubro em Maceió (AL).

O g1 também procurou a equipe do cantor Natanzinho Lima e aguarda resposta.

Assista aos vídeos mais vistos do Ceará:

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 4

**Marco regulatório | INPI**

6

**Patentes**

6